



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000491-82.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários**
Requerente: **Moabe Santana Dourado**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado com o réu os serviços relativos a dois cartões de crédito, contraindo quanto aos mesmos dívidas em decorrência de dificuldades financeiras por que passou.

Alegou ainda que renegociou esses débitos, anteriores a 17 de setembro de 2015, e que não obstante estar cumprindo regularmente o ajuste o réu passou a cobrar-lhe por valores anteriores à formulação do acordo.

Defiro ao autor de início os benefícios da assistência judiciária, na esteira do documento de fl. 08, mesmo porque o réu não amealhou sequer um indício que denotasse que o mesmo reunisse condições para fazer frente às despesas do processo.

Por outro lado, o processo é claramente útil e necessário para que se atinja a finalidade buscada pelo autor, presente aí o interesse de agir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Rejeito, portanto, a preliminar suscitada pelo réu a esse propósito.

No mérito, a hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação ao réu, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que o réu não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos trazidos à colação.

Limitou-se em contestação genérica a sustentar a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo, mas não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor, como seria de rigor.

Nesse contexto, silenciou sobre o acordo celebrado com o autor para a quitação de débitos contraídos em seus cartões de crédito antes de 17 de setembro de 2015, muito embora tenha feito menção à liquidação de um saldo devedor em fatura por parte do autor e ressalvado que ele teria utilizado do crédito ainda pré-aprovado (fl. 36, último parágrafo).

Como se não bastasse, deixou de explicar o que o teria motivado a inserir nas faturas dos cartões em apreço débitos contraídos antes daquela data (fls. 10/13), quando isso não mais se justificaria diante da avença levada a cabo entre as partes exatamente para sua quitação.

O réu, em suma, não coligiu aos autos elementos minimamente sólidos que atestassem que tinha respaldo para promover as cobranças questionadas ou, por outras palavras, que as dívidas a elas relativas não teriam sido incluídas no acordo havido com o autor.

Tocava-lhe fazê-lo, mas ele não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A conclusão que daí deriva é a de que não há lastro a amparar as cobranças impugnadas pelo autor, de sorte que prospera a pretensão deduzida.

Ressalvo, por oportuno, que o autor em momento algum pleiteou a reparação de danos morais, motivo pelo qual as considerações sobre o tema expendidas pelo réu – que reforçam a convicção de que a peça de resistência não se voltou propriamente ao caso dos autos – deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexistência das dívidas contraídas pelo autor por intermédio dos cartões de crédito declinados na petição inicial antes de 17 de setembro de 2015, impondo ao réu a obrigação de abster-se de promover a cobrança das mesmas sob qualquer forma.

Torno definitiva a decisão de fls. 18/19, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**